

PREVALÊNCIA DA AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE EM FACULDADE DE PORTO NACIONAL - TO

PREVALENCE OF SELF-MEDICATION IN ACADEMICS OF THE HEALTHCARE FIELD IN A COLLEGE IN PORTO NACIONAL (TO) - BRAZIL

Letícia Cardoso Lucena¹, Alexandre Arguelio Souto¹, Larissa Cardoso Lucena¹, Tathiana Nascimento Marques², Anne Caroline Dias Neves⁵³

O uso de medicamentos é essencial no tratamento das mais diversas afecções em saúde, devendo ser utilizados de maneira correta, já que o uso indevido pode acarretar diversos malefícios ao indivíduo. Nesse contexto, entra a questão da automedicação, prática realizada por milhões de brasileiros que pode ocasionar graves danos à saúde. Assim, o presente artigo objetivou analisar a prevalência de acadêmicos da área da saúde em Porto Nacional que praticam a automedicação, através de um estudo transversal de caráter descritivo e analítico, tendo como base pesquisa com aplicação de questionários em uma faculdade de Porto Nacional-Tocantins, nos cursos de Enfermagem (10^o período), Odontologia (dois últimos períodos) e no curso de Medicina (7^o e 8^o), iniciada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Os resultados evidenciaram que a classe medicamentosa mais utilizada foi a de analgésicos e a maior parte dos acadêmicos associa essa prática ao seu maior conhecimento acerca dos remédios. Além disso, foi observado que mais de 50% dos entrevistados através da aplicação dos questionários é adepto dessa prática. Dessa forma, concluiu-se elevada presença dessa prática no meio acadêmico da saúde, o que demonstra os riscos que tal pode gerar, fazendo necessária e de importância indescritível que os discentes desenvolvam uma maior conscientização sobre a prática da automedicação e seus riscos, para, assim, evitar maiores danos e riscos desnecessários a sua saúde e a saúde de outrem.

Palavras-chave: Medicamentos. Perfil. Riscos. Saúde.

The use of medications is essential in the treatment of various health conditions and should be used correctly, as improper use can cause various harm to the individual. In this context rises the issue of self-medication, a practice performed by millions of Brazilians that can cause serious damage to health. Thus, this article aimed to analyze the prevalence of health students in Porto Nacional who practice self-medication through a cross-sectional, descriptive and analytical study, based on research with questionnaires applied in a college in Porto Nacional-Tocantins. , in Nursing (10th period), Dentistry (last two periods) and Medical (7th and 8th) courses, started after approval by the Research Ethics Committee (REC). The results showed that the most used medication class was analgesics and most of the academics associate this practice with their better knowledge about medicines. In addition, it was observed that more than 50% of respondents through the application of questionnaires is adept to this practice. Thus, it was found a high presence of this practice in the academic healthcare field, which demonstrates the risks that this can generate, making it necessary and of indescribable importance that students develop a greater awareness about the practice of self-medication and its risks, to, thus, avoid further damage and unnecessary risks to their health and the health of others.

Keywords: Medicines. Profile. Risks. Health.

¹ Acadêmicos do curso de medicina da FAPAC ITPAC Porto Nacional - TO. Email: leticialucena1@hotmail.com

² Docente do curso de medicina da FAPAC ITPAC Porto Nacional - TO. Email: nasci04@hotmail.com.

³ Docente do curso de biomedicina do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Email: annecarold@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos é essencial no tratamento das mais diversas afecções em saúde. Por isso, devem ser utilizados de maneira correta, já que o uso indevido pode acarretar diversos malefícios ao indivíduo. Assim, entra a questão da automedicação, prática realizada por milhões de brasileiros que pode ocasionar graves danos à saúde, como interações medicamentosas, intoxicação e mascaramento de doenças.

Nesse contexto, entra a realidade da automedicação, prática que consiste no uso de substâncias químicas sem prescrição e sem nenhum tipo de acompanhamento, consulta ou orientação de profissional qualificada.

Tal prática é vista de modo favorável quando se leva em conta que auxilia no descongestionamento do sistema público de saúde e promove a resolução de problemas de saúde, contudo, torna-se desfavorável e em muitas ocasiões um risco, tendo em vista que se erroneamente praticada pode mascarar graves problemas de saúde, promover intoxicações, interações medicamentosas e desenvolvimento de resistência, entre outros riscos. Além disso, alguns dos fatores que influenciam a prática relacionam-se à grande oferta de produtos no mercado farmacêutico, ao incentivo promovido pelos meios de comunicação e a problemas ligados ao acesso aos serviços de saúde.

Acrescenta-se a isso, em 2010, o Brasil foi o 8º maior mercado farmacêutico do mundo e atingiu US\$ 22,1 bilhões, evidenciando o elevado consumo de medicamentos pela população, além disso, em média, os brasileiros consomem 11 caixas de remédio, sendo que 8 dessas sem orientação médica.

Ainda, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), no Brasil há cerca de 80 milhões de adeptos à automedicação, sendo registrada média de 20 mil mortes anuais no país devido à prática.

Dessa forma, levando em consideração a importância e relevância do tema, o presente estudo pretende avaliar a prevalência da prática da automedicação entre os acadêmicos dos cursos de

Medicina, Enfermagem e Odontologia de uma faculdade da cidade de Porto Nacional, sendo analisadas variáveis como medicamentos mais utilizados, curso com maior número proporcional de adeptos à prática, entre outras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Definição

A automedicação tem como definição o uso de substâncias químicas sem prescrição e sem nenhum tipo de acompanhamento, consulta ou orientação de um profissional qualificado, podendo ser medicamentos que já tenham sido receitados em outras ocasiões ou mesmo indicados por pessoas próximas, sem capacitação para tal prática (PAULO & ZANINI, 1988).

2.2. Cenário farmacêutico

O Brasil conta com mais de 65 mil farmácias e drogarias espalhadas em terras brasileiras, média de 3,3 estabelecimentos com função de vendas de medicamentos por 10 mil habitantes. Todavia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda uma farmácia para 10 mil habitantes, o que de fato demonstra o quanto acima do preconizado encontra-se o Brasil (OMS, 2013).

Em 2010, o Brasil foi o 8º maior mercado farmacêutico do mundo e atingiu US\$ 22,1 bilhões, mostrando o quanto a população tem consumido medicamentos (Santos & Ferreira, 2012). Além disso, possui mais de 480 empresas diretamente ligadas à produção de fármacos e sua distribuição de vendas no território nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

2.3. Relação com as políticas públicas

Um dos grandes desafios do governo federal relacionado a políticas públicas é reduzir a prática da automedicação, pois o Brasil já ocupa o sexto lugar entre maiores consumidores de fármacos do mundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). É interessante salientar que certo nível de

automedicação é aceitável se essa ação ocorrer de forma coerente e responsável quando vinculados a casos transitórios persistentes, como dores de cabeça por motivos de estresse, cólicas abdominais e menstruais (BRASS, 2001). Segundo a OMS (2005), essa prática da automedicação quando não há urgência, colabora muitas vezes evitando o colapso do sistema público de saúde já que casos de menor gravidade podem ser solucionados em ambiente extra hospitalar evitando aumento das filas de atendimentos nos hospitais e pronto atendimento.

Nesse sentido, a entrada dos medicamentos genéricos no Brasil, pela Lei Federal 9.787, de dez de dezembro de 1999, também contribuiu intrinsecamente para a cultura atual da automedicação, pois surge a ideia de medicamento como “mercadoria” e não como uma opção de tratamento quando há necessidade. Assim, tanto o usuário tem o medicamento como um bem de consumo, como o governo que tem essa lei com um dos objetivos de facilitar o acesso a população aos remédios e evitando assim, o congestionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (NICOLETT, 2002).

No contexto da automedicação o Ministério da Saúde em 2001, criou a Política Nacional de Medicamentos através da Portaria n.º 3.916, de 30 de outubro de 1998 que tem várias diretrizes e prioridades dentre elas: a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, na qual diz que deve possuir atenção especial para esse tema com ênfase no processo educativo dos usuários ou consumidores acerca dos riscos da automedicação, da interrupção e da troca da medicação prescrita, bem como quanto a necessidade da receita médica. Ou seja, existe uma normativa para instruir os usuários e até mesmo profissionais sobre uso racional de medicamentos que tem como um dos objetivos evitar a automedicação, porém a Portaria pouco é mencionada e pouco se faz em relação a seguir o que rege na Política Nacional de Medicamentos (Ministério da Saúde, 2001)

Um dos meios incorporado pelo governo para evitar uso irracional de medicamentos, prioritariamente de antibióticos foi a RESOLUÇÃO-RDC N° 20, DE 5 DE MAIO DE 2011, que dispõe sobre controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos

tanto em sua forma isolada como em associação além do controle das prescrições desses (ANVISA, 2011). O que contribui intrinsecamente contra a automedicação e a resistência a antibióticos.

2.4. Influenciadores

Os meios de comunicação são uma das principais influências à automedicação. Demonstrem a cura de forma rápida e segura em horário nobre televisivo, não expondo reações adversas e restrições do uso, colaborando intrinsecamente para o consumo desenfreado de substâncias das quais o usuário geralmente não sabe totalmente dos efeitos (BRASIL, 2005).

2.5. Traços do perfil de consumo

Diversos fatores levam a pensar que o leigo é o perfil de maior uso de medicamentos sem prescrição médica, contudo, observa-se uma contradição a isso nos estudos de Vilarino *et al.*, que revelaram que quanto maior o grau de escolaridade maior a prevalência da automedicação, isso porque, pelo mínimo que se tenha de estudo, já é o necessário para conceder segurança ao usuário em seu momento de necessidade em praticar a automedicação.

Além de ser uma prática perigosa devido à falta de conhecimento do paciente em relação a toda a farmacodinâmica das substâncias consumidas e ao potencial risco de causar dependência, também acarreta danos de origem financeira, trazendo prejuízos para o próprio paciente, com o aumento de gastos mensais em farmácias. Consoante a isso, prejuízo também para o governo federal com o aumento significativo de gastos públicos em posteriores tratamentos a esses pacientes por sua negligência da prática medicamentosa irracional e até por mascarar doenças de base (Naves *et al.*, 2010).

2.6. Interação medicamentosa

Um eventual problema é a interação medicamentosa que reflete o fato de se usar grande

variedade de medicamentos, simultaneamente, sem conhecimento do efeito de cada um e sem necessidade desses, o que acarreta efeitos indesejáveis ao organismo quando é feita a soma de todos os efeitos farmacológicos, podendo ser a curto e a longo prazo. Nesse sentido, é comum reações como as intoxicações com medicamentos, representando em 2010 como um dos principais agentes causadores de intoxicações, sendo 21.710 casos registrados e 60 mil internações nos últimos 5 anos no Brasil (SINITOX, 2010).

É sensato pensar que acadêmicos são um grupo com potencial, ativos e sem grandes problemas de saúde, conseqüentemente os medicamentos consumidos por eles não devem refletir os usados pela população de modo geral. Seus maiores fatores de risco, motivadores da automedicação, se enquadram no processo de adaptação da rotina acadêmica. Por outro lado, é preocupante a automedicação por acadêmicos, por serem um grupo intelectual supostamente informado sobre a problemática e ainda assim abusarem dessa prática. Sendo assim, fica a incógnita de como seria o comportamento ético ao longo da formação acadêmica e após a graduação (CABRITA et al, 2001).

2.7. Consequências

Diante do cenário da automedicação, são registrados no Brasil cerca de 20 mil mortes anuais vítimas dessa prática, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA) (CASA GRANDE et al., 2004). Dessa forma, evidenciando o poder da toxicidade dos fármacos quando usados de forma negligente e impulsiva.

Entretanto, é evidente o acúmulo de medicamentos nas casas dos brasileiros, algo que já virou hábito, um arsenal farmacêutico que serve como alarme para se ter a automedicação como um problema de saúde pública que necessita de atenção (SILVA et al, 2013).

2.8. Relevância da pesquisa

O elevado custo da consulta médica, dos planos de saúde, o sistema de saúde público deteriorado que não supre a demanda de atendimentos, a prática da venda indiscriminada de medicamentos por drogarias brasileiras, acesso às informações sobre medicamentos na internet, propagandas, *marketing* e *merchandising* são os principais fatores do uso irracional de medicamentos no país (Silva et al., 2011).

Nesse contexto, no Brasil, as farmácias de âmbito privado são as principais responsáveis pela distribuição e comercialização de medicamentos, infelizmente essas muitas vezes sendo comandadas por pessoas sem competência para o ramo, como o próprio dono do estabelecimento sem formação na área e até diversas vezes apenas por balconistas, ou seja, as farmácias que deveriam estar sob o controle de farmacêuticos com conhecimento e capacidade de instruir o público sobre o uso das diversas classes medicamentosas, constantemente são controlados por leigos sem conhecimento técnico (Naves et al., 2010).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, observacional, com caráter descritivo e analítico e abordagem quantitativa e qualitativa.

A pesquisa foi realizada em uma faculdade de Porto Nacional-Tocantins, nos cursos de Enfermagem e Odontologia (dois últimos períodos) e no curso de Medicina (7º e 8º) e só foi iniciada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O grupo de pesquisadores organizou um cronograma de aplicação de acordo com o horário de aula das respectivas turmas a serem visitadas. Assim, foi solicitada autorização ao professor presente na sala no momento da aplicação, e, quando autorizado, foi feita breve explicação sobre o trabalho e sua relevância e sanadas as dúvidas subsequentes. Os acadêmicos que concordaram em participar receberam o questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em duas vias).

Após a aplicação, foi dado início à compilação e tabulação dos dados obtidos através do *software Microsoft Excel 2010*.

4. RESULTADOS

Ao total, 112 acadêmicos responderam aos questionários dentre os quais 62 alunos do curso de medicina, 38 de odontologia e 12 de enfermagem. Contudo, devido ao baixo número de questionários respondidos por acadêmicos da enfermagem, os mesmos não foram contabilizados na presente pesquisa, sendo validados para a pesquisa 100 questionários.

Dessa forma, como representado na Tabela 1, a maioria dos entrevistados faz parte do sexo feminino (65), enquanto 35 são do sexo masculino, principalmente na faixa etária dos 20-24 anos (55 dos 100). Do total, 46 entrevistados afirmam que se automedica por ter conhecimentos sobre medicamentos e 95 acreditam que a automedicação possa ser prejudicial.

Tabela 1. Variável social.

Variáveis	n	%
GÊNERO		
Masculino	35	35
Feminino	65	65
Total	100	100
COMPANHEIRO (A)		
Com	37	37
Sem	49	49
Não respondeu	14	14
Total	100	100

Fonte: Souto e Lucena (2019).

Em relação aos riscos da automedicação, 89 acreditam que haja risco nessa prática e 5 não compartilham dessa ideia.

Acerca dos grupos farmacêuticos utilizados, os grupos mais prevalentes foram os de analgésicos (89), anticoncepcionais (29), anti-inflamatórios (50) e antialérgicos (32), e as causas principais foram (65) devido a dores de cabeça e (39) por dores musculares.

Tabela 2. Prática da automedicação.

9. Acredita que a automedicação possa ser prejudicial?	n	%
Sim	95	95
Não	05	05
10. Você já fez uso de algum medicamento sem prescrição médica?		
Sim	92	92
Não	07	07
Não respondeu	01	01

Fonte: Souto e Lucena (2019).

Sobre o uso de algum medicamento sem prescrição médica, como se observa na Tabela 2, 92 afirmam que já o fizeram e 7 afirmam que não, sendo que 50% dos acadêmicos se automedicam de 1-2 vezes por mês. A maioria deles (53) afirma que lê a bula antes de se automedicar, enquanto 41 não a leem. Além disso, 53 obtêm conhecimento sobre o medicamento através da internet.

Ainda, 79 alunos entrevistados referem já terem feito indicação de medicamento para alguém e 16 afirmam nunca terem feito isso. Ademais, 62 afirmaram que escolherem o medicamento porque já o usaram anteriormente.

Em relação ao período do semestre letivo, 67 não relataram relação com o período do semestre letivo.

5. DISCUSSÃO

Mesmo que 95% desses acadêmicos acreditem que a automedicação possa ser prejudicial, 92% já fizeram uso de medicamentos sem prescrição médica, resultado semelhante foi encontrado em uma pesquisa com acadêmicos de medicina de Juiz de fora, os quais 75% dos acadêmicos se automedicam. Certamente, demonstra a contradição de terem noção dos medicamentos serem prejudiciais, mas mesmo assim usarem sem prescrição médica (Neto et al., 2006).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) através da resolução RDC nº140, criou uma bula para pessoas leigas, para que, assim, pacientes que fazem uso de determinado medicamento possam compreender sobre o que está usando. Nessa norma, além da linguagem

acessível, devem constar letras de tamanho adequado para uma fácil compreensão. Nesse sentido, fica clara a importância dada pela ANVISA sobre a leitura da bula do medicamento. Logo, 53 pessoas afirmam que leem a bula antes do uso e 47 não leem. De fato, mostra a automedicação de forma indiscriminada por grande parte dos acadêmicos que estão inseridos no contexto da saúde.

Dentre as escolhas do uso do medicamento, 8 pessoas que confiam na indicação do farmacêutico estão fazendo escolha junto com um profissional habilitado que conhece a ação dos fármacos de maneira geral e consta como habilitado para auxiliar na escolha juntamente com o usuário. Contudo, 62% dessas pessoas que usam por já terem usado antes, e 18% por indicação de amigos ou parentes estão incluídos no cenário da automedicação perigosa, estando sujeitos a comprometer a própria saúde, visto que não é certo que os sintomas são da mesma doença que na qual foi utilizado o medicamento anteriormente. Em outras palavras, diversas doenças podem manifestar um mesmo sintoma.

Outro ponto importante é que, devido ao fato de o município de Porto Nacional - TO se tratar de uma zona endêmica de dengue, o uso de anti-inflamatórios inibidores de COX-1 e COX-2 são contra indicados, isso pelo fato de serem anticoagulantes o que predispõe à hemorragia no contexto da dengue. Porém, são usados por 50% dos acadêmicos os quais se inserem como pessoas vulneráveis pelo contexto epidemiológico.

Ademais, a facilidade de compra, o *marketing* da indústria farmacêutica e a falta de instrução da população frente ao uso racional dos medicamentos fazem da população grandes usuários de fármacos sem ter noção das reações em longo prazo. Isto é, pelo uso sem prescrição dos 50 acadêmicos que mencionaram uso de anti-inflamatório, 11 com uso de estimulantes do sistema nervoso, 29 que usam anticoncepcional oral, x usuários descongestionantes nasais se encaixam no universo de pessoas que estão sujeitas à dependência medicamentosa, insuficiência renal e hepática, tromboembolismo, hipertensão, alteração do estado do sono, dentre outras reações.

6. CONCLUSÃO

Apesar da grande dificuldade na aplicação dos questionários nas turmas de odontologia e enfermagem devido à dificuldade de encontrar horários em que fosse viável a aplicação e em que os alunos dos períodos requisitados estivessem efetivamente em aula e ao fato de em algumas salas visitadas não ter havido a permissão da aplicação dos questionários por parte do professor e alguns alunos abordados terem se recusado a responder ao questionário, pode-se concluir vários pontos acerca da prática da automedicação e relacionar com as hipóteses estabelecidas anteriormente.

Como já havia sido levantada nas hipóteses, a classe medicamentosa mais utilizada foi a de analgésicos e a maior parte dos acadêmicos associa essa prática ao seu maior conhecimento acerca dos remédios.

Além disso, foi observado que mais de 50% dos entrevistados através da aplicação dos questionários é adepto dessa prática, e, quase metade dos entrevistados não lê a bula do medicamento antes do uso do mesmo, o que ocasiona um grave risco para a saúde, tendo em vista as contraindicações, efeitos adversos e interações medicamentosas.

Em consequência disso, fica clara a elevada presença dessa prática no meio acadêmico da saúde e os riscos que tal pode gerar, já que somente um profissional de saúde conhece completamente o mecanismo de ação dos medicamentos e sabe lidar com possíveis reações que podem colocar em risco a vida de quem os usa.

Dessa forma, é necessária e de importância indescritível que os discentes desenvolvam uma maior conscientização sobre a prática da automedicação e de seus riscos, para, assim, evitar maiores danos e riscos desnecessários a sua saúde e a saúde de outrem.

REFERÊNCIAS

BORTOLON, P. C.; MEDEIROS, E. F. F.; NAVES, J. O. S.; KARNIKOWSKI, M. G. O.; NÓBREGA, O. T. Análise do perfil de automedicação em mulheres

- idosas brasileiras. *Cien. Saude Colet.*, v. 13, n. 4, p. 1219- 26, 2008.
- BRASIL. Agência nacional de vigilância sanitária. ANVISA. Ação em comunicação para mobilização de jornalistas e publicitários. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O que devemos saber sobre os medicamentos. Brasília (DF): ANVISA. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BRASS, E. P. Changing the status of drugs from prescription to over the counter availability. *N Engl J Med.*, v. 345, p. 810-6, 2001.
- CABRITA, J. *et al.* Estudo do padrão de consumo de medicamentos pelos estudantes da Universidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Saúde Pública.*, v. 19, n. 2, p. 39-47, 2001.
- CASA GRANDE, E. F.; GOMES, E. A.; LIMA, L. C. B.; OLIVEIRA, T. B.; PINHEIRO, R. O. Estudo da utilização de medicamentos pela população universitária do município de Vassouras (RJ). *Infarma*, v. 16, n. 5/6, p. 86-88, 2004.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS REDES ASSOCIATIVISTAS DE FARMÁCIAS. Quem somos. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://febrafar.com.br/a-febrafar/\(rodap%E9\)](http://febrafar.com.br/a-febrafar/(rodap%E9))>. Acesso em: 28 set. 2017.
- GUIA DE FARMÁCIA ONLINE. Automedicação preocupa especialistas. 2014. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/noticia.php?id=1625>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Fundação Oswaldo Cruz. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- NAVES, J. O. S.; CASTRO, L. L. C.; CARVALHO, C. M. S.; MERCHÁN-HAMANN, E. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. *Cien. Saude Colet.*, v. 15, n. 1, p. 1751-62, 2010.
- NETO J. A. C, SIRIMARCO M. T, CHOI C. M. K, BARRETO A. U, SOUZA J. B. Automedicação entre Estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Revista HU.*, v. 32 n. 3, p.59-64, 2006.
- NICOLETTI, M. A. Banalização Do Uso De Medicamentos: consequências Incertas E Preocupantes. *Informa*, v. 15, n. 3/4, p. 81-82, 2002. In: *Pharmacia Brasileira*, V.3, N. 31 Acessado em setembro 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Dpt. Of Essential Drugs and other Medicines. The role of Pharmacist in selfcare-medication. Disponível em: <http://www.who.int/medicines/library/docseng_from_a_to_z.shtml>. Acesso em: 10 set 2017.
- PAULO, L. G.; ZANINI, A. C. Automedicação no Brasil. *Rev. Assoc. Méd.Bras.*, v.34, n.2, p. 69-75, 1998.
- SANTOS, E.C.; FERREIRA, M.A. A indústria farmacêutica e a introdução de medicamentos genéricos no mercado brasileiro. *Nexos Econ.*, v. 6, n. 2, p. 95-119, 2012.
- SCHENKEL, E. P.; PETROVICK, P. R.; LINCK, V. O.; CHAVES, C. M. G.; GOSMANN, G.; COSTA, T. C. T. D. *et al.* Cuidados com os medicamentos. 3. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- SILVA, J. A. Existe uma ligação direta entre a qualidade de vida e a automedicação. *Prisfar News.*, n. 94, p. 39-41, 2006.
- SILVA, L. S. F.; COSTA, A. M. D. D.; TERRA, F. S.; ZANETTI, H. H. V.; COSTA, R. D.; COSTA, M. D.

Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais. *Odontol. Clín. Cient.*, v. 10, n. 1, p. 57-63, 2011.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TOXICO-FARMACOLÓGICAS. Dados Nacionais - 2010. Rio de Janeiro (RJ): SINITOX. Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/sinitox_novo/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=379>. Acesso em: 20 ago. 2017.

VILARINO, J. F.; IBERÊ, C. S.; SILVEIRA, C. M.; RÖDEL, A. P. P.; BORTOLI, R.; LEMOS, R. R. Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil. *Rev Saúde Pública*, v. 32, n. 1, p. 439, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Medicines: rational use of medicines. Geneva, 2013. Disponível em:

<<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs338/en/>>. Acesso em: 12 set. 2017